

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.201 - PR (2019/0005522-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE CAMPO MOURÃO - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO EM MEIO
ABERTO DE CAMPINA DA LAGOA - PR
INTERES. : PAULO RUBENS VIEIRA VICENTE
ADVOGADOS : NILSON SARAIVA DOS SANTOS - PR016361
DIEGO FERNANDES SARAIVA - PR076000
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência instaurado, com fundamento no art. 105, I, "d", da Constituição Federal, entre **JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE CAMPO MOURÃO - SJ/PR**, o suscitante, e o **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO EM MEIO ABERTO DE CAMPINA DA LAGOA - PR**, o suscitado.

Cinge-se a presente controvérsia na definição do juízo competente para processar a execução, se aquele que proferiu a sentença (Juízo suscitante) ou do local da execução da pena (Juízo suscitado).

Nesta instância, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento do conflito e pela declaração de competência do Juízo suscitante.

É o relatório.

Decido.

Cumpre registrar, inicialmente, que este conflito de competência deve ser conhecido, porquanto se trata de incidente estabelecido entre juízes vinculados a tribunais diversos, nos termos do art. 105, I, "d", da Constituição Federal, razão pela qual passo ao seu exame.

Com efeito, estabelece o art. 65 da Lei de Execução Penal:

"A execução penal competirá ao Juiz indicado na lei local de organização judiciária e, na sua ausência, ao da sentença."

Nesse aspecto, "a competência para a execução penal cabe ao Juízo da condenação, sendo deprecada ao Juízo do domicílio do apenado somente a supervisão e acompanhamento do cumprimento da pena determinada, inexistindo deslocamento de competência" (CC 113.112/SC, Rel. Ministro GILSON DIPP, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 17/11/2011).

É de se destacar, outrossim, que a alteração de endereço residencial pelo apenado, bem como o local da sua captura não tem previsão legal como causa de deslocamento da competência para a execução da pena, consoante já decidiu a Terceira Seção desta Corte Superior:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE PENA. PRISÃO EM CUMPRIMENTO DE MANDADO EM COMARCA DIVERSA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA

EXECUÇÃO DO LOCAL EM QUE FOI PROFERIDA A SENTENÇA CONDENATÓRIA DEFINITIVA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. O simples fato de o condenado ter sido preso em Comarca diversa em cumprimento de mandado de prisão expedido pelo Juiz prolator da sentença penal condenatória não constitui causa legal de deslocamento da competência originária para a execução da pena.

Ressalte-se que o enunciado n. 192 da Súmula do STJ se restringe aos casos nos quais o sentenciado já estava cumprindo pena em estabelecimento prisional estadual.

Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Vara de Execuções Criminais de Juiz de Fora - MG, o suscitado" (CC 156.747/BA, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 11/5/2018).

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO AO REGIME ABERTO. APENADO COM RESIDÊNCIA EM COMARCA DIVERSA. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. NÃO OCORRÊNCIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. Conquanto seja possível alterar a competência do juízo para a execução e fiscalização da pena, nas hipóteses em que houver a transferência legal do preso, o simples fato do apenado ter informado que possui residência em comarca diversa, não constitui causa legal de deslocamento da competência do Juízo da Execução Penal. Nada obsta, outrossim, que o Juízo determine a expedição de carta precatória àquela localidade para supervisão do desconto da reprimenda.

2. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal de Colatina/ES, o suscitado" (CC 129.420/MG, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), Rel. p/ Acórdão Ministro WALTER DE ALMEIDA GUILHERME (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), TERCEIRA SEÇÃO, DJe 5/2/2015).

Pertinente ao caso, ainda, o seguinte precedente da Terceira Seção:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. GUIA DE RECOLHIMENTO EXPEDIDA SEM PRÉVIO MANDADO DE PRISÃO PARA COMARCA DIVERSA. ART. 65 DA LEI Nº 7.210/84.

1. A expedição de guia de recolhimento do Juízo da condenação para Juízo de comarca diversa somente poderá ocorrer após envio de prévio mandado de prisão, uma vez que a competência do Juízo das Execuções de comarca diferente da do Juízo da condenação só se firmará após a devida determinação e concretização da prisão do réu. Antes disso, não há qualquer relação processual de âmbito executório do sentenciado com o Estado diverso do Estado da condenação.

2. Até a devida determinação e concretização de prisão do réu, não há jurisdição do Juízo de Execuções de Comarca diversa da comarca da condenação, por não haver iniciado qualquer relação processual de

âmbito executório com o sentenciado em outro Estado.

3. Após a prisão do condenado e expedição da guia de recolhimento à Juízo de comarca diversa da comarca da condenação, é que este poderá providenciar o necessário para a remoção do sentenciado para cumprimento de sua pena no Estado de condenação/vínculo ou para o cumprimento da reprimenda no Estado no qual, eventualmente, reside com sua família.

3. Na hipótese, foi expedida guia de recolhimento do sentenciado pelo Juízo do Paraná (juízo sentenciante), sem que o acusado fosse efetivamente preso e sem comprovação da declaração do réu no processo de que residia em São Paulo/SP, o que é insuficiente para transferir a competência da execução da pena para o Juízo da Comarca de São Paulo.

4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu/PR, o suscitado" (CC 119.753/SP, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), TERCEIRA SEÇÃO, DJe 15/5/2013).

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XXII, do RISTJ, **conheço** do conflito para declarar a competência do Juízo Federal da 1ª Vara de Campo Mourão - SJ/PR, o suscitante, cabendo ao Juízo de Campina da Lagoa, o suscitado, apenas a realização dos atos processuais (audiência admonitória e fiscalização das penas) definidos na Carta Precatória.

Comunique-se. Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal e, oportunamente, encaminhem-se os autos ao Juízo competente.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator